

Edição nº 42 – 14 a 18 de agosto

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

CGJC APROVA PL QUE RESTRINGE INTERRUPÇÃO NA FABRICAÇÃO DE REMÉDIOS

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 1.135/2015, de autoria do deputado Chico D'Angelo (PT-RJ), que determina que os fabricantes de medicamentos de uso contínuo ou continuado, sem similar, equivalente ou genérico no mercado, só poderão interromper temporariamente ou cessar em definitivo a fabricação desses medicamentos com a prévia e expressa autorização do Ministério da Saúde. O texto, aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo relator na CCJC, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), dispõe ainda sobre os aspectos formais do requerimento de autorização. Caso não seja interposto recurso por 1/10 dos deputados (51 deputados) para discutir o PL no Plenário da Câmara, o projeto seguirá para deliberação do Senado Federal.

ALTERAÇÃO NAS REGRAS PARA SEGUROS DE VEÍCULOS APROVADA EM COMISSÃO DA CÂMARA

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 7.038/2017, de autoria do deputado Maia Filho (PP-PI), que determina que o consumidor que adquirir qualquer tipo de seguro para o veículo automotor possui o direito de livre escolha das oficinas mecânicas e reparadoras, sempre que for necessário acionar o seguro para fins de coberturas de danos ao veículo segurado ou a veículos de terceiros. A proposição deverá ser analisada ainda pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados.

PL APROVADO NA COMISSÃO DE TRABALHO DA CÂMARA CRIA SISTEMA UNIFICADO DOS DADOS EMPRESARIAIS

Na última quarta-feira, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), da Câmara dos Deputados, aprovou o PL nº 1.566/2015, que busca unificar a consulta dos cadastros de pessoas

jurídicas, criando o Cadastro Nacional do Registro Comercial (CNRC) e o Sistema Nacional Unificado de Consulta de Dados Comerciais (SINURC), que funcionarão de forma integrada com o CNPJ e o Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc). Para o relator do PL, deputado Benjamin Maranhão (SD-PB), em razão do CadSinc e Sinrem abrangerem informações relativas a pessoas jurídicas, mantidas pelas três esferas de governo, a integração produzirá notáveis sinergias, favorecendo o empreendedorismo e proporcionando a geração de empregos e o aumento da receita tributária. O projeto seguirá à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) para apreciação.

COMISSÃO APROVA REDUÇÃO DE PENA PARA OS CRIMES CONTRA A RELAÇÃO DE CONSUMO

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 5.675/2013, que altera a Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo para reduzir a pena para os crimes contra a relação de consumo, fixando-a em detenção de 6 meses a 2 anos ou multa. Agora, a proposição seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para deliberação.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR APROVA ALTERAÇÕES NAS REGRAS DE FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 338/2015, de autoria do deputado Rômulo Gouveia (PSB-PB). O texto, aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo deputado Cabo Sabino (PR-CE), altera o Código de Defesa do Consumidor para determinar, entre outros, que cessadas a produção ou importação de produtos ou peças de reposição, a oferta deverá ser mantida por prazo razoável de tempo, que não poderá ser inferior à vida útil do produto informada pelo fornecedor no manual de instrução ou no certificado de garantia. O PL será agora submetido à análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL

FIQUE DE OLHO

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 780/2017
16/08/2017, às 14H30

MP nº 780/2017, que institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal.
Relator: sen. Wilder Moraes (PP-GO)
Relatório: não disponibilizado.

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)
16/08/2017, às 10H

PLS nº 569/2015, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para estabelecer como infração administrativa o transporte remunerado não licenciado de pessoas ou bens.
Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (CMA)
15/08/2017, às 11H30

PLS nº 537/2011, que estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais.
Relator: sen. Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.
Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)
15/08/2017, às 9H

PLS nº 11/2013, que determina a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados.
Relator: sen. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLS nº 235/2014, que determina que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos.
Relator: sen. Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO
14/08/2017, às 16H

PLV nº 20/2017, originário da MP nº 775/2017, que altera a Lei do parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do

Distrito Federal e dos Municípios, para dispor sobre a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado.
Relator: dep. Aelton Freitas (PR-MG)
Relatório: pela aprovação.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara
PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara
PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado
PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado
MP: Medida Provisória
PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara
PRS: Projeto de Resolução do Senado
PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara
PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado
PFC: Proposta de Fiscalização e Controle
RCP: Requerimento de Constituição de CPI
REQ: Requerimento
VET: Veto

FIQUE DE OLHO

PLV nº 23/2017, originário da MP nº 783/2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
Relator: dep. Newton Cardoso (PMDB-MG)
Relatório: pela aprovação.

15/08/2017, às 16H

PEC nº 70/2011, que altera o trâmite de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.
Relator: dep. Walter Alves (PMDB-RN)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

FIQUE DE OLHO

PL nº 1.202/2007, que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
Relatora dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

15/08/2017, às 14H30

PEC nº 181/2012, que estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos.
Relator: dep. Sergio Zveiter (Sem Partido-RJ)
Relatório: pela admissibilidade.

PEC nº 150/2015, do Senado Federal, que dispõe sobre a incidência do ICMS na entrada de bem proveniente do exterior.
Relator: dep. Paes Landim (PTB-PI)
Relatório: pela admissibilidade.

PL nº 2.813/2000, que estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.
Relator: dep. Arthur Lira (PP-AL)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 2.163/2011, que dispõe sobre licenciamento ambiental para a instalação, a ampliação e o funcionamento de empreendimentos agropecuários, florestais ou agrossilvipastoris.
Relator: dep. Alceu Moreira (PMDB-RS)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 3.163/2015, que define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado.
Relator: dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PDC nº 640/2017, que convoca plebiscito para consultar a população acerca do seu interesse em manter o voto obrigatório no país ou em adotar o voto facultativo.

Relator: dep. Sergio Zveiter (Sem Partido-RJ)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)
16/09/2017, às 9H30

PL nº 3.648/2015, que limita a taxa de administração cobrada no segmento de fundos de investimento.

Relator: dep. Ademir Camilo (PODE-MG)
Parecer: pela aprovação.

PL nº 4.479/2016, que altera o Código de Defesa do Consumidor para obrigar a divulgação, em rede nacional, no prazo de 24 horas, da comunicação sobre a periculosidade de produtos introduzidos no mercado nacional (recall).

Relator: dep. Marco Tebaldi (PSDB-SC)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)
16/08/2017, às 9H30

PL nº 522/2015, que altera a Lei Anticorrupção para tratar de acordos de leniência.

Relator: dep. Marcos Reategui (PSD-AP)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)
16/08/2017, às 10H

PL nº 3.729/2004, que determina que, para a instalação de atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) com ampla publicidade.

Relator: dep. Mauro Pereira (PMDB-RS)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 7.582/2010, do Senado Federal, que estabelece responsabilidade solidária a terceiros contratados pela Administração.

Relator: dep. Hildo Rocha (PMDB-MA)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

FIQUE DE OLHO

PL nº 57/2011, que proíbe a realização de apostas de qualquer natureza, inclusive pela internet, dentro do território nacional, excetuando da proibição as loterias esportivas federais e as loterias federais e estaduais autorizadas por lei.

Relator: dep. Edmilson Rodrigues (PSOL-PA)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 4.707/2012, que regulamenta o funcionamento das agências classificadoras de risco no Brasil e estabelece a responsabilidade civil e penal pela emissão de classificação de riscos.

Relator: dep. Lucas Vergílio (SD-GO)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 1.737/2015, que autoriza o aproveitamento dos incentivos fiscais da Lei Rouanet pelas empresas optantes pelo lucro presumido na apuração do imposto de renda.

Relator: dep. Aluisio Mendes (PODE-MA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)
16/08/2017, às 10h

PL nº 4.663/2016, que dispõe sobre a exploração e produção de acumulações marginais de petróleo e gás natural por produtores independentes.

Relator: dep. Roberto Sales (PRB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

PL nº 5.186/2016, que altera a legislação ambiental para instituir o Cadastro de Crimes contra o Meio Ambiente e vedar as pessoas jurídicas inscritas neste de receberem financiamentos, incentivos governamentais e de contratar com o Poder Público.

Relator: dep. Waldenor Pereira (PT-BA)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
16/08/2017, às 10h

PL nº 383/2011, que altera a Lei dos Crimes Ambientais para estabelecer como sanção restritiva de direitos a obtenção de subsídios, subvenções ou doações da Administração Pública à pessoa jurídica que tiver sido condenada por crime ambiental com sentença transitada em julgado, antes de reabilitada.

Relator: dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 1.246/2015, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para responsabilizar solidariamente integrantes de grupo econômico em relação aos efeitos da relação de emprego, desde que tenham participado da relação processual como reclamadas e constem expressamente da sentença.

Relator: dep. Benjamin Maranhão (SD-PB)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.064/2017, que racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Relator: dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)
16/08/2017, às 14h

PL nº 409/2015, que institui isenção da contribuição para o PIS/PASEP, COFINS e CIDE-Combustíveis incidente sobre o óleo diesel utilizado na agricultura e pecuária e nos transportes de passageiros e de cargas.

Relator: dep. Ezequiel Fonseca (PP-MT)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 5.959/2016, que altera a Lei de Concessões e Permissões de serviços públicos para determinar que os contratos de concessão de rodovias, para serem prorrogados, dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, à população residente no local, ressalvado no caso da União.

Relator: dep. Vicentinho Junior (PR-TO)

Relatório: pela rejeição.

FIQUE DE OLHO

COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA POLÍTICA
15/08/2017, às 14h30

Reunião para discussão e votação do Relatório Parcial do relator, dep. Vicente Cândido (PT-SP).

